

**À SRA. LORRANE AUGUSTO CORREA - PREGOEIRA OFICIAL DO HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO**

Referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2025

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

A **ATAX – EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.493.941/0001-20, doravante denominada “RECORRENTE”, vem, por meio deste, tempestivamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face de sua inabilitação no Pregão Presencial nº 047/2025, em razão de interpretação restritiva da exigência contida no item 6.11, alínea “h” do edital, a qual, com a devida vênia, merece ser revista nos termos dos fatos e fundamentos adiante expostos.

### **2. SÍNTESE FÁTICA:**

Consoante registrada na **ATA do Pregão Presencial - 18/12/2025**, a Pregoeira examinou a documentação apresentada e entendeu que a certidão apresentada pela recorrente - **COFEN** - juntamente com a sua documentação de habilitação, não satisfazia a exigência do **item 6.11, letra “h” do edital**, uma vez que não teria sido considerada como “conselho competente” por parte da Comissão.

Em razão dessa análise, a Pregoeira determinou a inabilitação da RECORRENTE **por não apresentar o documento exigido no item 6.11, letra “h” do edital**, conforme se extrai do trecho pertinente da ATA, demonstrando que a desclassificação ocorreu em razão da interpretação dada à exigência de registro em conselho profissional competente.

Diante do exposto, a Pregoeira declarou Inabilitada a empresa **ATAX - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA**, por não apresentar o documento solicitado no item 6.11 letra h) do edital.\*\*\*\*\*



A referida decisão, contudo, motivou o presente exercício do direito de recurso administrativo, porquanto a empresa entende que a documentação por ela apresentada — especificamente a **certidão de registro no COFEN — atende aos requisitos editalícios de habilitação técnica**, nos termos do próprio edital e da legislação aplicável, não havendo razão jurídica para a sua desclassificação.

### 3. DA INTERPRETAÇÃO LEGÍTIMA DA ALÍNEA “H” DO ITEM 6.11 DO EDITAL

h) Certidão de Registro da empresa e dos responsáveis técnicos pertencentes ao quadro técnico da licitante emitida pelo CREA **ou Conselho competente vigentes.**

Conforme demonstrado, o **item 6.11**, alínea “h” do edital dispôs, de forma clara e objetiva, que a habilitação técnica exigida poderia ser comprovada mediante apresentação de:

“Certidão de registro da empresa e dos responsáveis técnicos pertencentes ao quadro técnico da licitante emitida pelo CREA **ou Conselho competente, vigentes.**”

A redação utilizada no edital é **ABERTA e INDETERMINADA quanto ao conselho profissional** aplicável, na medida em que não restringe o conceito de “Conselho competente” a um único conselho profissional nem menciona de forma exclusiva o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Ao contrário, a estrutura da expressão **“CREA ou Conselho competente”** demonstra a intenção do órgão licitante de **admitir alternativas**, desde que se trate de conselho profissional legalmente habilitado para fiscalizar e registrar profissional responsável técnico por atividades correlatas ao objeto da licitação.


A utilização de expressão aberta ocorreu em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que não permite **criar exigências não previstas no edital**, tampouco interpretar de forma mais restritiva o que o próprio edital deixou de maneira mais ampla. Em conformidade com os princípios da isonomia e da competitividade, a Administração deve observar a literalidade e o espírito do edital, permitindo a habilitação de licitantes que comprovem condição equivalente de habilitação técnica por meio de conselhos profissionais distintos, desde que estes sejam legalmente competentes para certificar a responsabilidade técnica decorrente das atividades que serão desempenhadas no contrato.

A opção do edital em admitir **“CREA ou Conselho competente”** não pode ser interpretada como restrição a um conselho específico, mas sim como reconhecimento de que **diferentes conselhos profissionais podem ser competentes para registrar responsabilidade técnica relativa a atividades**



**correlatas ao objeto lícitado**, desde que tais atividades estejam **dentro do escopo de atuação profissional** normativamente reconhecido pelo respectivo conselho profissional.

No caso em exame, a RECORRENTE optou por demonstrar sua habilitação técnica por meio de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo **CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN)**, junto ao qual se encontra regularmente registrado o profissional responsável técnico indicado (Sra. Maria Gleyziane Rodrigues de Melo). O certificado apresentado está em consonância com a literalidade do edital, que não restringe a habilitação ao CREA, desde que o conselho profissional apresentado seja **competente para certificar o responsável técnico pela execução das atividades correlatas ao objeto lícitado**.

		<b>Cofen</b> Conselho Federal de Enfermagem
<b>CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL</b>		
<b>CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA</b>		
<b>Impresso em: 29/09/2025 às 13:01</b>		
A anotação de Responsabilidade Técnica foi registrada pelo CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL com a resolução Cofen 782/2025, de acordo com os dados abaixo:		
<b>ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA</b>		
<hr/>		
<b>Nr. do Registro:</b> 256.779		
<b>Data do Registro:</b> 25/09/2025	<b>Data do Vencimento:</b> 25/09/2026	
<b>Classificação da Área de Gestão:</b> Gestão de Área Técnica		
<b>Nomenclatura da ART:</b> ART Única		
<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO CONTRATANTE</b>		
<hr/>		
<b>Razão Social:</b> ATAX - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA		
<b>Nome Fantasia:</b> ATAX MED		
<b>CNPJ:</b> 11.493.941/0001-20	<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada	
<b>Endereço:</b> Trecho SIA Trecho 3 IOTE 625/695, 03, BLOCO B SALA 117 E 119. CEP: 71200030. BRASÍLIA-DF		
<b>Horário de Funcionamento:</b> Segunda-Feira, Terça-Feira, Quarta-Feira, Quinta-Feira, Sexta-Feira: 08:00 AS 12:00		
<b>DADOS DO(A) ENFERMEIRO(A) RESPONSÁVEL TÉCNICO(A)</b>		
<hr/>		
<b>Nome Civil:</b> MARIA GLEYZIANE RODRIGUES DE MELO		
<b>Inscrição Coren-DF:</b> 523050-ENF	<b>CPF:</b> 016.046.881-73	
<b>Jornada de Trabalho:</b> Segunda-Feira, Terça-Feira, Quarta-Feira, Quinta-Feira, Sexta-Feira: 13:00 AS 17:00		
<b>Carga Horária Total Semanal (horas):</b> 20		



A Resolução **COFEN nº 782/2025** institui os procedimentos para concessão, renovação e cancelamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Enfermagem e define a **Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT)** como documento oficial emitido pelo COFEN que comprova a sua vigência e regularidade.

III – Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT): documento oficial emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem (Coren), que comprova a regularidade e vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Essa previsão confirma que **o COFEN é competente para emitir CRT**, que é a espécie documental exigida no item 6.11, alínea “h” do edital para comprovar habilitação técnica do responsável técnico.

Ademais, a mesma norma conceitua o Serviço de Enfermagem de **forma ampla**, prevendo não apenas ações assistenciais diretas, mas também a **gestão de áreas técnicas** — entre elas a “**GESTÃO DE EQUIPAMENTOS**, materiais e insumos médico-hospitalares” — demonstrando que o campo normativo da enfermagem inclui atividades correlatas à **operacionalização e à segurança no uso de tecnologias em saúde**. (Incisos I e III, Art. 2º - RESOLUÇÃO COFEN Nº 782 DE 02 DE JULHO DE 2025 – ALTERADA PELA RESOLUÇÃO COFEN Nº 784/2025)

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se:

I – Serviço de Enfermagem: estrutura integrante da organização formal da instituição, composta por profissionais de Enfermagem, cuja finalidade é a realização de ações assistenciais diretas e indiretas de Enfermagem voltadas ao indivíduo, à família ou à coletividade, em todos os níveis de atenção à saúde. Compreende, ainda, o exercício das demais atividades de Enfermagem previstas em lei, incluindo o ensino, a gestão, a auditoria e a consultoria; e a atuação em áreas técnicas específicas, como os Programas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Programas de Limpeza e Higienização, e a Gestão de Equipamentos, Materiais e Insumos Médico-Hospitalares, bem como outras que venham a ser regulamentadas pelo Cofen.

III – Gestão de áreas técnicas: refere-se às atividades exercidas pelo Enfermeiro que não envolvem cuidado assistencial direto, abrangendo, entre outras, a atuação em Programas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), Limpeza e Higienização, Auditoria, Gestão de Equipamentos e Insumos Médico-Hospitalares, Consultorias especializadas e demais áreas regulamentadas pelo Cofen.

#### 4. DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXIGIDAS NO EDITAL E AS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

É importante ressaltar que o objeto desta licitação vai além do simples fornecimento de equipamentos, englobando uma série de **obrigações contratuais que envolvem atuação técnico-operacional em ambiente de saúde**, as quais reforçam a legitimidade da habilitação técnica mediante apresentação de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo COFEN.



Do exame dos principais elementos do contrato constante no instrumento convocatório, destacam-se as seguintes obrigações que **envolvem competências correlatas à atuação profissional de enfermagem**, conforme normativas e campos de atuação reconhecidos pelo COFEN:

⇒ **ENTREGA, INSTALAÇÃO E RECEBIMENTO COM VERIFICAÇÃO OPERACIONAL**

A contratada será responsável por **ENTREGAR e INSTALAR o sistema no ambiente hospitalar**, bem como providenciar a conferência de funcionamento, qualidade e conformidade técnica por servidor designado.

Ainda que parte do procedimento de entrega física seja de natureza logística, a **validação de conformidade de funcionamento e usabilidade do equipamento em ambiente assistencial** envolve aspectos inerentes à segurança do paciente, treinamento e uso correto da tecnologia em contexto clínico — campos em que está inserida a atuação do profissional de enfermagem não podendo ser atribuídas ao profissional da área de Engenharia/equipamentos.

⇒ **TREINAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL**

O contrato exige que a contratada repare, corrija ou substitua equipamentos que apresentem defeitos, atenda chamados técnicos no prazo máximo de 72 horas durante o período de garantia e substitua unidades que não possam ser recuperadas.

Essas obrigações contratuais, além de aspecto técnico industrial, envolvem gestão de continuidade assistencial e mitigação de riscos no uso de tecnologia em saúde, atividades que são objeto de intervenção do serviço de enfermagem no âmbito da gestão de cuidado e suporte às rotinas hospitalares. O enfermeiro, no contexto de sua atuação profissional, garante que os equipamentos sejam usados de forma segura pelo corpo técnico, os processos relacionados à falha/defeito não comprometam a assistência ao paciente e exista integração entre suporte técnico e protocolos assistenciais.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Executar fielmente o contrato, de acordo com este **Termo de Referência**.

Manter durante todo o prazo da entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Entregar os equipamentos rigorosamente de acordo com as descrições constantes na proposta comercial no prazo estipulado no **item 4.1**, garantindo a substituição dos equipamentos de forma a não colocar em risco o funcionamento do hospital SEHAC e sem qualquer ônus.

O SEHAC reserva-se o direito de não receber os equipamentos em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Cumprir o preço pactuado na proposta, bem como, a entrega do mesmo, durante todo o procedimento competitivo até efetiva conclusão do contrato.

Reparar, corrigir ou substituir, às suas despesas, no todo ou em parte, o **Objeto deste Termo de Referência**, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento.

Oferecer garantia dos equipamentos adquiridos pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Atender ao chamado técnico do equipamento em garantia, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas da solicitação.

Efetuar a troca dos equipamentos cobertos pela garantia por defeitos ou incorreções apresentadas que comprometam o seu funcionamento e não possam ser reparados.

**Itens necessários para a instalação:**

- Deverá ser garantido o envio das instruções de uso e manuais de operação e técnico, que devem conter informações e instruções em língua portuguesa.
- Fornecimento de todos os cabos, conectores, indispensáveis ao funcionamento solicitado anteriormente; deverá ser disponibilizada a licença permanente de todos os softwares do equipamento, quando for pertinente.
- Produto com registro emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Treinamento técnico para o setor de Engenharia Clínica.
- Treinamento para os operadores técnicos, dos setores contemplados pelos equipamentos.



As obrigações descritas no edital — em especial **treinamento operacional, validação de conformidade técnica em ambiente de uso, resposta a falhas que impactam continuidade do cuidado e integração com práticas assistenciais** — ultrapassam a mera atividade de fornecimento de bem industrial.

Essas atividades, por sua natureza, **estão compreendidas no campo de atuação profissional regulado pelo COFEN**, cuja normativa vigente (por exemplo, Resolução COFEN nº 782/2025) reconhece a atuação de enfermagem em áreas correlatas à gestão de equipamentos, materiais e insumos médico-hospitalares, treinamento de equipes e garantia de uso seguro.

Sendo assim, a habilitação técnica por meio de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo COFEN **demonstra que a empresa dispõe de responsável técnico habilitado para responder pelas atividades correlatas às obrigações contratuais previstas no edital**, atendendo ao propósito da exigência constante no **item 6.11, alínea “h”**.

O edital utilizou de forma expressa a expressão **“CREA ou Conselho competente”**, sem restringir aquela menção a um único conselho específico. A redação é aberta e abrange, em tese, **qualquer conselho profissional que, legal e normativamente, seja competente para registrar a responsabilidade técnica relacionada ao objeto contratual**.

Essa redação não se limita ao CREA de forma exclusiva, de modo que a interpretação mais aderente aos princípios da licitação é aquela que **observa a correspondência entre o conselho apresentado e as obrigações contratuais que serão desempenhadas pela empresa durante a execução do ajuste**.

Ao contrário do entendimento restritivo que motivou a desclassificação, não se pode confundir a participação de profissionais da engenharia com a execução das atividades contratuais que, materialmente, são próprias do campo de atuação da enfermagem. A exigência editalícia, ao admitir **“CREA ou Conselho competente”**, não criou um rol fechado de conselhos válidos, mas sim um critério de habilitação técnica voltado à **adequação da qualificação profissional ao objeto e às atividades que serão desenvolvidas durante a execução do contrato**.

A simples indicação de um profissional da engenharia não confere a este a competência normativa para exercer atividades que são específicas e privativas ou correlatas à atuação do enfermeiro, tais como:

- a) **treinamento operacional de equipes técnicas e assistenciais**, incluindo manuseio seguro de tecnologia em ambiente clínico e obtenção de competências de uso de sistemas médico-hospitalares;
- b) **supervisão de protocolos de utilização do equipamento junto à equipe assistencial**, considerando normas de biossegurança;





- c) **gestão de fluxos de utilização clínica e integração com rotinas assistenciais**, que demandam conhecimento específico das práticas de enfermagem;
- d) **interação com usuários finais no contexto do atendimento ao paciente**, especialmente em atividades que envolvem medidas de prevenção de eventos adversos e segurança do paciente.

Tais atividades não são, em sua natureza nem em sua finalidade, atividades de engenharia, mas sim **atividades de caráter assistencial técnico-operacional**, que exigem formação e registro profissional **no campo da enfermagem, conforme regulamentado pelo COFEN**. A Engenharia, por sua formação e âmbito de atuação, não está habilitada nem regulamentada para assumir como responsável técnico a supervisão de atividades que envolvem práticas próprias do cuidado clínico ou integração direta com a rotina hospitalar de enfermagem.

A indicação de profissional da engenharia para atendimento de obrigações contratuais que envolvem a operacionalização do equipamento no contexto clínico hospitalar seria, portanto, **incongruente com a natureza das atividades exigidas pelo contrato**. Isso porque tais profissionais não possuem competência legal, nem normativa, para:

- ✓ Avaliar e treinar equipes sobre protocolos de cuidado;
- ✓ Validar procedimentos em contexto assistencial;
- ✓ Coordenar a integração das rotinas de uso do equipamento com práticas de segurança do paciente;
- ✓ Desempenhar funções que exigem conhecimento técnico específico da enfermagem ou de áreas correlatas à assistência em saúde.

Assim, a exigência de um registro exclusivamente no CREA, ou a submissão à indicação de profissional de engenharia para fins de habilitação técnica, seria inadequada porque ***não assegura a correspondência entre a qualificação do responsável técnico apresentado e as atividades que efetivamente serão desempenhadas durante a execução do contrato***. Essa inadequação pode inclusive gerar riscos à qualidade técnica e à segurança operacional do equipamento quando utilizado na rotina assistencial hospitalar.

Por sua vez, a habilitação técnica por meio de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo COFEN e vinculada a profissional de enfermagem devidamente registrado responde de forma adequada às exigências contratuais que, como demonstrado no item anterior, **envolvem atividades correlatas à atuação da enfermagem no contexto de operação, treinamento, integração e segurança do uso de tecnologias em saúde**.



## 5. DO HISTÓRICO DA RECORRENTE EM FORNECIMENTO SIMILAR

A RECORRENTE apresentou, em sua documentação de habilitação, diversos Atestados de Capacidade Técnica emitidos por instituições de saúde públicas e privadas, que comprovam a execução satisfatória de serviços e fornecimentos de equipamentos médico-hospitalares similares ao objeto desta licitação.

Dentre esses atestados, destaca-se o documento emitido pelo **Hospital Federal de Ipanema – Rio de Janeiro**, o qual certifica que a recorrente realizou, de forma satisfatória, o fornecimento de equipamento **UTEROSCÓPIO FLEXÍVEL**, acompanhado dos serviços correlatos exigidos (incluindo instalação, treinamento e apoio técnico), comprovando, assim, sua capacidade técnico-operacional para atender a contratações de natureza semelhante ao objeto do presente certame.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO HOSPITALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **ATAX – Empreendimentos Comerciais EIRELE - ME**, inscrita no CNPJ nº **11.493.941/0001-20**, situada no **SIA Trecho 03, Lote 625/695, Salas 117 e 119, Zona Industrial (Guará) – Brasília/DF – CEP 71200-030**, vem fornecendo regularmente materiais médico-hospitalares a este Hospital, conforme contratos e atas de registro de preços vigentes.

Durante o período de fornecimento, a empresa demonstrou **plena capacidade técnica**, atendendo satisfatoriamente às necessidades do **Hospital Federal de Ipanema**, com cumprimento dos prazos estabelecidos e fornecimento de produtos de qualidade, conforme especificações dos processos licitatórios.

Entre os principais fornecimentos realizados pela empresa, destacam-se:

Pinça Cirúrgica (253-202-003) – 03 unidades
Cabo (253-035-180) – 10 unidades
Componente Equipamento (253-000-102) – 10 unidades
Camisa Endoscópica (253-300-017) – 10 unidades
Cabo de Fibra Ótica 230cm – 54 unidades
<b>Uteroscópio Flexível – 04 unidades</b>
Faca de Sachs – 84 unidades
Cabo de Diatermia 1 Pino – 198 unidades

Importa ressaltar que a habilitação técnica demonstrada por meio desse atestado foi validada pelo próprio hospital emissor com base na apresentação de Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo **Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)**, vinculada a profissional de enfermagem habilitado, sob cuja responsabilidade técnica foi executado o referido fornecimento.





Essa experiência prévia confirma que a RECORRENTE possui capacidade comprovada para fornecer e acompanhar tecnicamente equipamentos médicos de alta complexidade, desempenhando integralmente as obrigações contratuais correlatas, demonstrando que o uso da Certidão de Responsabilidade Técnica emitida pelo COFEN não apenas satisfaz os requisitos formais de habilitação técnica, mas tem também efeitos práticos e reconhecidos no contexto da atuação da empresa em relação a contratos da mesma natureza.

Assim, a experiência comprovada pela recorrente em fornecimentos similares, associada ao reconhecimento de habilitação por documento de conselho profissional distinto do CREA, **reforça a legitimidade da apresentação de certidão pelo COFEN** para fins de atender à exigência do item 6.11, alínea “h” do edital, sem que isso comprometa a capacidade técnico-operacional da empresa em cumprir com eficácia as obrigações contratuais decorrentes da licitação ora em análise.

## 6. DA PRERROGATIVA DA PREGOEIRA EM REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS

A Administração, em razão do princípio da autotutela, pode rever e anular os seus atos eivados de vício de legalidade, bem como, diante do juízo de conveniência e oportunidade revogá-los, conforme disposto na **Súmula n. 473 do STF e Art. 53 da Lei n. 9.874/99** – que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

*"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*

*STF - Súmula 473*

*"Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."*

*Lei nº 9.784/99*

## 7. DOS PEDIDOS

Postas estas premissas e devidamente expostas as razões, a RECORRENTE requer:

- a) O recebimento e processamento do presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e preencher integralmente os requisitos legais, com a devida atribuição de seus efeitos regulares;



- b) A reforma da decisão de inabilitação da RECORRENTE, uma vez que restou demonstrado que a Certidão de Responsabilidade Técnica apresentada atende integralmente à exigência previsto no item 6.11, alínea “h” do edital, sendo o CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (COFEN) o conselho competente para fins de habilitação técnica no presente certame;
- c) A consequente habilitação técnica da RECORRENTE, para que possa prosseguir nas fases subsequentes do certame.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Brasília, 29 de dezembro de 2025.

**ATAX - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA**

